



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "ILUMINAÇÃO EFICIENTE EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS - EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO / CASA DAS ARTES, ESTÁDIO, PAVILHÃO E PISCINA MUNICIPAL" ADJUDICADO À EMPRESA EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., DE LISBOA -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **19 de Março de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 17 de Março de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como **primeiro outorgante**; e -----

Engº António José da Silva Coutinho, titular do Cartão de Cidadão n.º 08419828 1ZZ6, válido até 11-07-2016, natural da freguesia da Lapa, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Rua Castilho, 165-4º, Lisboa, que outorga na qualidade de **Administrador-delegado**, com poderes para este acto, em representação da sociedade anónima que usa a firma "**EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.**", com sede na Praça Marquês de Pombal, 13, Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa colectiva **503504564**, com o capital social de € 20.824.695,00 como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: das cláusulas seguintes: ---

AZ
JZ

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **17 de Março de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, o fornecimento e instalação de **“ILUMINAÇÃO EFICIENTE EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS - EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO / CASA DAS ARTES, ESTÁDIO, PAVILHÃO E PISCINA MUNICIPAL”**. -----

Pelo referido despacho foi ainda aprovada a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € **15.924,54 (quinze mil novecentos e vinte e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira O prazo de fornecimento e instalação do equipamento adjudicado é de **90 dias** -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 03** – Conservação de Bens. ----

Sexta: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º nº 1, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e

JZ

demais legislação em vigor. -----

Sétima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

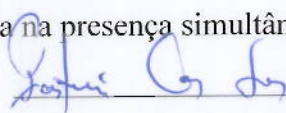
Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

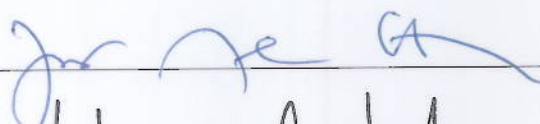
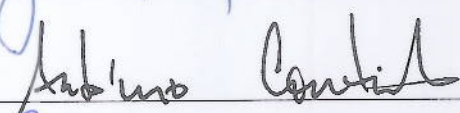
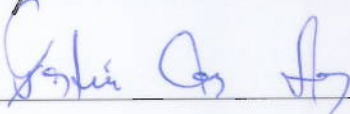
Décima: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **19-12-2014**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-2, em **10-02-2015**, comprovativa de que a empresa tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 27-02-2007 e válida até **27-05-2016**, com os elementos

respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Cópia da acta nº 37/2012, de 12-11-2012, do Conselho de Administração da sociedade sobre a delegação de poderes ao segundo outorgante para intervir neste acto; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **39/029/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **5/2015**